Conselho Municipal da Pessoa Idosa de NNNNNN (SP)

Criado pela Lei nº N.NNN de NNNN

RESOLUÇÃO NN/AAAA - CMI

“DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A INSCRIÇÃO DE ENTIDADES E PROJETOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS, FILANTRÓPICOS OU NÃO, NO CMI”

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Município de NNNNN (CMI), no uso de suas atribuições conforme previsto na Lei Municipal nº N.NNN, de NN de MMMMMM de AAAA e suas alterações, conforme deliberação de seu colegiado proferida em DD/MM/AAAA;

Considerando que CMI é um órgão permanente, paritário e deliberativo com a competência de supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a política do idoso no âmbito do Município de NNNNNN, nos termos dos artigos 6º e 7º da Lei Federal n.º 8.842/1993;

Considerando a obrigatoriedade de inscrição dos programas de atendimento ao idoso, de entidades governamentais e não governamentais, esculpida no parágrafo único do artigo 48 do Estatuto da Pessoa Idosa, Lei Federal nº 10.741/2003;

Considerando, por fim, a nomeação do atual colegiado do CMI por meio do Decreto Municipal nº N.NNN, de NN de MMMMMM de AAAA;

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer os critérios para inscrição, junto ao CMI, das entidades de atendimento à pessoa idosa, governamentais ou não governamentais, conforme disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Federal nº 10.741/2003, Estatuto da Pessoa Idosa.

Parágrafo único – As empresas particulares, em especial as Instituições de Longa Permanência para Idosos, são obrigadas a inscrição no CMI.

Art. 2º - O pedido de inscrição ou de renovação de entidade de atendimento à pessoa idosa, governamental ou não governamental, deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – Requerimento endereçado ao CMI;

II – Cópia do Estatuto Social e Ata de Eleição da Diretoria registrado em cartório ou Contrato Social registrado na Junta Comercial;

III – Cópia de Plano de Trabalho do Exercício, contendo, no mínimo:

- Natureza jurídica da entidade: se governamental ou não governamental;
- Identificação da entidade e de seus representantes legal e técnico;
- Breve histórico da entidade ou do serviço;
- Finalidade da entidade ou do serviço;
- Linha de ação do atendimento, conforme art. 47 da Lei Federal nº 10.741/2003;
- Capacidade de atendimento e grau de dependência das pessoas idosas;
- Dias e horários e funcionamento;
- Recursos humanos: nome, função, formação, período e data de ingresso na entidade;
- Forma de cumprimento dos dispositivos dos artigos 49 (em caso de ILPI) e 50 da Lei Federal nº 10.741/2003;

IV – Cópia do Cartão CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

V – Balanço Anual e Demonstração do Resultado do Exercício ou Declaração Anual do Simples Nacional ou Declaração de Rendimentos entregue a Receita Federal ou, em último caso, demonstrativos contábeis, assinados por profissional competente, que demonstrem as receitas e despesas anuais;

VI – Inscrição Municipal;

Conselho Municipal da Pessoa Idosa de NNNNNN (SP)

Criado pela Lei nº N.NNN de NNNN

VII – Laudo Técnico de Avaliação da Vigilância Sanitária e AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou SIL / CLI – Certificado de Licenciamento Integrado da JUCESP, desde que haja tal exigência legal;

VIII – Cópia do Relatório de Atividades do biênio anterior (somente em caso de renovação);

IX – Atestado de Antecedentes Criminais da Diretoria ou dos Sócios Proprietários, bem como do Responsável Técnico;

X – No caso de Instituição de Longa Permanência ou Casa-Lar, apresentar também:

a) cópia do modelo de contrato firmado para a prestação de serviços, conforme exigido pelo art. 35 da Lei Federal nº 10.741/2003;

b) Relação atualizada dos residentes, contendo: nome completo, sexo, data de nascimento, data de admissão na instituição, grau de dependência e necessidade de contenção;

c) declaração do(s) dirigente(s) indicando que a entidade não excede a cobrança do percentual de 70% (setenta) de qualquer benefício previdenciário ou assistencial percebido pelo idoso para seu custeio, conforme art. 35, § 2º, da Lei Federal nº 10.741/2003.

Parágrafo primeiro: Ficam isentas da apresentação dos documentos elencados nos incisos III, IV, V, VI e VII as entidades que possuam a Certificação válida expedida pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, certificação esta que deverá ser enviada ao CMI, junto com os demais documentos elencados neste artigo.

Parágrafo segundo: Os pedidos de inscrição de entidades ou projetos governamentais ficam isentos da apresentação dos documentos dos incisos VI, VII e IX, bem como o documento elencado no inciso II fica substituído pela cópia da nomeação da autoridade competente.

Art. 3º - O CMI poderá solicitar documentação complementar para análise e deliberação.

Art. 4º - Processos incompletos não serão conhecidos, devendo-se dar ciência, por escrito, ao requerente.

Art. 5º - Os resultados dos processos de inscrição serão publicados por resolução, sejam estes favoráveis ou desfavoráveis, assegurada a ampla defesa e a possibilidade de recurso, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação e da ciência, por escrito, do resultado de indeferimento.

Art. 6º - Os certificados de inscrição terão validade de 2 (dois) anos e sua renovação deve ser requerida até 30 (trinta) dias do término deste prazo de validade.

Parágrafo único: Considerar-se-á prorrogado, até nova deliberação a ser publicada, o registro das entidades governamentais e não governamentais que tenham protocolado, junto ao CMI, os pedidos de renovação em conformidade com este artigo.

Art. 7º - A inscrição poderá ser cancelada em caso de comprovação de irregularidades, mediante processo formal com direito a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 55 da Lei Federal nº 10.741/2003.

Art. 8º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MUNICÍPIO – SP, NN de MMMMM de AAAA.

NOME

Presidente

Conselho Municipal da Pessoa Idosa

Conselho Municipal da Pessoa Idosa de NNNNNN (SP)

Criado pela Lei nº N.NNN de NNNN

(Comentários a serem removidos na redação final:

- O presente modelo trata-se de uma sugestão, de livre utilização pelos conselhos municipais, se assim o desejarem

- Os trechos em azul devem ser adaptados conforme realidade do Município;

)